

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025**

**AMPLA CONCORRÊNCIA**

O Município de Monte Azul, estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 18.650.945/0001-14, com sede administrativa à Pça. Cel. Jonathas, 220, Centro, na cidade de Monte Azul/MG, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público a abertura do Processo Licitatório em epígrafe, adotando – se como:

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021, Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014, Decreto Municipal nº 001/2024 e demais condições fixadas neste instrumento.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** **MENOR VALOR POR ITEM.**

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**PROCEDIMENTO AUXILIAR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:** Não!

**FASE DE HABILITAÇÃO ANTECEDE AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES E DE JULGAMENTO:** Não

**A realização da sessão pública eletrônica ocorrerá da seguinte forma:**

- DATA DA INICIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **14/08/2025 às 18h00min;**
- DATA FINAL DAS PROPOSTAS: **29/08/2025 às 08h00min;**
- DATA DE ABERTURA DA SESSÃO E INICIO DA DISPUTA: **29/08/2025 às 08h30min**
- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: **Até o dia 26/08/2025;**
- PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO: **Até o dia 26/08/2025.**
- DATA PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: até o dia **29/08/2025 às 08h00min;**
- Prazo para envio das Propostas atualizadas: **mínimo de 02 (duas) horas;**
- Prazo de manifestar a intenção de recorrer: **mínimo de 20 (Vinte) minutos, sendo 10 (Dez) minutos na fase de proposta e mais 10 (Dez) minutos na fase de habilitação.**

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA:** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025**

**AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**1 - PREÂMBULO**

**1.1.** A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL-MG**, através da Secretaria Municipal de Educação, realizará a Licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações Portal de Compras Públicas** (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>), conforme especificado no **ANEXO II** deste edital.

**1.2** - Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. **JOÃO MAYKON MOREIRA MIRANDA**, Pregoeiro oficial, designada pela **PORTARIA nº 258/2025**, anexado aos autos do procedimento e regido pelas Leis nº 14.133/21, Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014, Decreto nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 001 de 02 de janeiro de 2024, e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

**1.3** - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Monte Azul, através do endereço eletrônico <https://monteazul.mg.gov.br/categoria/licitacao>, no Portal de Transparência pelo link:<http://cidadesmg.com.br/portaltransparencia/faces/user/folha.xhtml?Param=MonteAzul>, na Plataforma eletrônica sistema: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Monte Azul-MG, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

**1.4** - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, bem como, no site da Prefeitura Municipal <https://monteazul.mg.gov.br/categoria/licitacao>.

**1.5** - A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

**2- OBJETO**

**2.1.** Constitui objeto da presente licitação: **AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE CONSTRUÇÃO DE ROBÔS MÓVEIS VOLTADOS AO ENSINO FUNDAMENTAL, COMPOSTOS POR PEÇAS ELETROMECÂNICAS, SENSORES, MOTORES, PLACAS CONTROLADORAS, SOFTWARE DE PROGRAMAÇÃO COMPATÍVEL COM AMBIENTE EDUCACIONAL E MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO E DIGITAL, COM ESTRUTURA PEDAGÓGICA ADEQUADA A CADA ANO ESCOLAR EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261000286/2024/SEE**, conforme especificações constantes nos anexos a este edital.

### 3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**3.1** – Poderão participar deste Pregão as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto deste certame, bem como, legalmente constituídas, e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

**3.2** – Não poderão participar do presente certame a empresa:

**3.2.1** – Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

**3.2.2** – Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

**3.2.3** – Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

**3.2.4** – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

**3.2.5** – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

**3.2.6** - Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2024;

**3.2.6.1** - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2024 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

**3.2.7** – Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

**3.2.8** - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

**3.2.9** - Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência;

**3.2.10** - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**3.2.11** - Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

**3.3** – Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

**3.4** - A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

### 3.5. JUSTIFIATIVA PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO

“Justifica-se a não realização DE COTAS RESERVADAS no presente certame, qual seja, para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e/ou equiparadas mesmo o item estando com valor estimado acima de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, tendo em vista que, poderá representar prejuízos a execução do CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261000286/2024/SEE devido a complexidade do objeto a ser contratado/executado.

O que se observa é que a Lei Complementar 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente

certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a “proposta mais vantajosa para a administração” conforme é vislumbrado no artigo 11, da Lei 14.133/21.

Em síntese, realizar, o presente certame, prevendo a possibilidade de cotas para Microempresa ou Empresa de Pequeno porte poderá representar prejuízos incalculáveis com a divisão do item em cotas. A não aplicação do dispositivo, que prevê a obrigatoriedade, é atenuada com o disposto na própria Lei, que, em seu inciso II e III, do artigo 49 prevê a possibilidade da não aplicação como já descrito.

1.3. A aquisição do objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns).

#### **4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**4.1 - Até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao agente de contratação decidir sobre a petição no prazo de **02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

**4.1.1 -** Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

**4.2 -** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**4.3 -** A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

#### **5 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO**

**5.1 -** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

**5.2 -** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações Portal Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>).

**5.3 -** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Monte Azul, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

**5.4 -** O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**5.5 -** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de

habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

**5.6** - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

**5.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

(...) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

(...) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

(...) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

(...) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

(...) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

(...) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

(...) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

(...) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

(...) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

(...) Sim, ME (...) Sim, EPP (...) Não, outros enquadramentos

**5.8** - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1** - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto

ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**6.2** - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

**6.3** - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**6.4** - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.5** - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**6.6** - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**6.7** - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**6.8** - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo Pregoeiro, de no máximo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

**6.9** - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**6.9.1** - Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação da Pregoeira(o), via sistema.

**6.10** - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**6.11** - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**6.12** - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira(o) suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**6.13** - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

## **7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**7.1** - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.1.1** - Valor unitário e total do lote e seus itens;

**7.1.2** - Marca dos produtos ofertados.

**7.1.3** - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

**7.2** - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

**7.3** - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

**7.4** - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.5** - O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**7.6** - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**7.7** - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

**7.8** - Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

## **8 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os licitantes mais bem classificados deverão encaminhar nos termos do subitem **7.9**, bem como na forma dos termos deste Edital a documentação de **HABILITAÇÃO**, a seguir informada:

### **8.2 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**a)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou;

**b)** Registro Comercial, no caso de empresário individual, ou;

**a)** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

**b)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**8.2.1** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

### **8.3 QUANTO A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) A inscrição no cadastro de contribuintes **ESTADUAL E/OU MUNICIPAL**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos **Federais**;

d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos **ESTADUAL**, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.

e) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos **MUNICIPAL**, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.

f) Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS).

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa – **CND/TRABALHISTA**.

### **8.4. QUANTO A REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Certidão de **FALÊNCIA**, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência máxima de 30 (trinta) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresso.

**a1)** Caso a Licitante esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento.

### **8.4. QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) Comprovação de capacidade para a execução do objeto deste Edital, mediante apresentação de documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, fornecimento igual ou semelhante a este que está sendo licitado (**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**) (art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021).

## 8.5. DECLARAÇÕES:

### a) Declaração UNIFICADA (Anexo III)

## 8.6. OUTRAS EXIGÊNCIAS;

8.6.1. Comprovação de idoneidade das licitantes através da apresentação dos seguintes documentos:

8.6.1.1 - Apresentar a impressão da página de consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, referente à **pessoa jurídica/licitante e de seu sócio majoritário e/ou diretor**. Emissão: **(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>)**;

8.6.1.2 - Apresentar a impressão da página da consulta no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União, referente à **pessoa jurídica/licitante e de seu sócio majoritário e/ou diretor**. Emissão: **(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)**.

**Nota 1: Os documentos exigidos no subitem 8.6 e seguintes, não desclassifica a licitante por falta de apresentação, mas serão motivos de desclassificação caso apresente alguma irregularidade na conferência da mesma pela Pregoeira(o).**

**Nota 02** - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**Nota 03** – Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2024:4

“Acórdão 1211/2024 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2024 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro”.

## 9 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 - A Pregoeira(o) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

- 9.3** - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 9.4** - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.5** - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.6** - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.7** - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.8** - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.
- 9.9** - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.10** - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.11** - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (zero virgula zero um centavos)**.
- 9.12** - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13** - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.14** - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.15** - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.16** - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira(o), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.17** - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira(o).
- 9.18** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.19** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.20** - No caso de desconexão com a Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.21** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.22** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.23** - Ao ofertar lances o Licitante será considerado o único e exclusivo responsável pelo lance que ofertar, não podendo alegar erro ou qualquer outra justificativa para

descumprimento da proposta apresentada. Uma vez registrado, o lance será considerado firme, vinculante e irrevogável, devendo ser honrado integralmente. O descumprimento dessa obrigação sujeitará o Licitante às sanções previstas na legislação aplicável, notadamente na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

**9.24** - Em caso de pedido voluntário de desclassificação, o Licitante deverá apresentar justificativa formal por escrito, a qual será submetida à análise do(a) Pregoeiro(a). Tal pedido somente será aceito em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, tais como erro crasso (grosseiro) e evidente ou outro motivo relevante e comprovado que comprometa, de forma evidente, a viabilidade da proposta apresentada. A aceitação do pedido ficará a critério exclusivo do(a) Pregoeiro(a), mediante decisão motivada, registrada nos autos do processo.

**9.25** - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

**9.26** - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**9.27** - A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**9.28** - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**9.29** - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**9.30** - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**9.31** - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

**9.31.1** - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**9.31.2** - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**9.31.3** - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**9.31.4** - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**9.31.5** - Empresas brasileiras;

**9.31.6** - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**9.31.7** - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**9.32** - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**9.33** - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira(o) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**9.34** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.35** - Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote a Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**9.36** - Após a negociação do preço, a Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1** - Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**10.2** - O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

**10.3** - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**10.4** - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**10.5** - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**10.6** - A Pregoeira(o) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.7** - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira(o) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira(o).

**10.8** - Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira(o), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira(o), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.9** - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira(o) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**10.9.1** - Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

**10.10** - Havendo necessidade, a Pregoeira(o) suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

**10.11** - A Pregoeira(o) deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**10.12** - Também nas hipóteses em que a Pregoeira(o) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**10.13** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “*chat*”.

## **11 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**11.1** - Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

**11.2** - A Pregoeira(o) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira(o) acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

**11.3** - Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira(o) poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

**11.4** - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

**11.5** - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

**11.6** - Serão rejeitadas as propostas que:

**11.6.1** - Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

**11.6.2** - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão da Pregoeira(o).

**11.7** - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM** e valor estimado para a aquisição do bem.

**11.7.1** - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

**11.8** - Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

**11.9** - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

## **12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)**

**12.1** - A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

**12.1.1.** Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pela Pregoeira(o).

**12.1.2.** A Pregoeira(o) poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.

## **13 - DO RECURSO**

**13.2** - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando a Pregoeira(o) autorizada a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

**13.3** - Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira(o) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**13.3.1** - Nesse momento a Pregoeira(o) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**13.3.2** - A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

**13.4** - A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**13.5** - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1** - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira(o), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**14.2** - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **15 - DO CONTRATO E PRAZO DE VIGÊNCIA**

**15.1** - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da empresa cuja proposta foi declarada vencedora será convocado via sistema eletrônico e e-mail para firmar/assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta **ANEXO (IV)**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor Responsável, sob pena de decair do direito à contratação.

**15.2** - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para celebrar o contrato.

**15.3** - Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 17.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o **CONTRATANTE**, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

**15.3** - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

**15.4** - O Objeto contratado terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo conforme **art. 105 e segs., da Lei Federal nº 14.133/21** e suas sucessivas alterações posteriores.

## **16 - DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**16.1** - O contrato decorrente deste edital possuirá prazo e regras conforme especificado na minuta contratual.

**16.2** - Se a empresa vencedora deixar de executar os serviços dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

## **17 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **17.1. A Contratada cabe:**

- a) Fornecer os objetos deste contrato em estrita conformidade com as disposições previstas no edital de Pregão Eletrônico e seus anexos e com os termos da proposta de preços, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer que seja nos preços, quer que seja nas condições estabelecidas;
- b) Fornecer os objetos solicitados conforme as ordens de fornecimentos emitidas pela Prefeitura Municipal de Monte Azul;
- c) Entregar os objetos deste contrato, no local designado pelo departamento de compras da Prefeitura de Monte Azul conforme ordem de fornecimento no prazo estipulado, e pelo preço constante de sua proposta, onde a Prefeitura Municipal de Monte Azul ficará isenta de quaisquer custos com o objeto licitado.
- d) Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados a Administração;
- e) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto adjudicado, sem prévia e expressa anuência da Prefeitura Municipal de Monte Azul;
- f) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do CAPÍTULO VII da lei 14.133/2021;
- g) Manter, durante a duração do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação;

#### **17.2. A contratante cabe:**

- a) A CONTRATANTE se obriga a cumprir as condições pactuadas neste e os prazos para pagamento;
- b) A Contratante se reserva no direito, de fiscalizar durante a vigência do contrato, a aquisição dos materiais ora contratados, solicitando todas as informações que julgar necessário;
- c) Pagar conforme estabelecido, as obrigações financeiras decorrentes do presente Contrato, na integralidade dos seus termos;
- d) Designar, no ato da assinatura deste contrato, preposto para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, com poderes plenos para gerenciar técnica e administrativamente o mesmo;
- e) Fornecer, em tempo hábil, à CONTRATADA todos os elementos técnicos e administrativos, necessários à execução do contrato, bem como entregar livre e desimpedidas as áreas onde serão entregues o objeto deste contrato.

### **18 - DO PRAZO DE INICIO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

**18.1** O início do fornecimento dos produtos licitados será no prazo definido na emissão da ordem de serviço após a assinatura do termo de contrato.

**§ 1º** - Correrão por conta da Contratada todas as despesas de impostos, taxas, e demais encargos que for necessário para o cumprimento dos serviços ora contratados.

**§ 2º** - A execução dos serviços licitados pela licitante vencedora não ensejará nenhum vínculo trabalhista entre seus colaboradores e o Município de Monte Azul, considerando a

relação contratual de prestação de serviços que resultará deste certame, entre a empresa vencedora e o Município.

**18.2.** A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;

**18.2.** Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

**18.3.** A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

**18.4.** Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

**18.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**18.6.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**18.7.** Os serviços serão prestados conforme a necessidade da secretaria solicitante.

## **19. DO PAGAMENTO**

**19.1** - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

**19.1.1** - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

**19.1.2** - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de Monte Azul e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

**19.1.3** - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Monte Azul, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

**19.1.4** - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Monte Azul.

**19.2** - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

**19.3** - O Município de Monte Azul poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou

mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Monte Azul.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Monte Azul.
- d) Débito da **CONTRATADA** para com o Município de Monte Azul que proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

**19.4** - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Monte Azul, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do IGPM do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

**19.5** - As despesas decorrentes desta licitação estão assegurados no orçamento do quadro de dotações e recursos:

## **20 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1** - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) **Advertência pelo** atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Monte Azul, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

**20.2** - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

**20.3** - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### **21.4 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES**

**21.4.1** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **CONTRATANTE** poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

**21.4.1.1** - Retardarem a execução do pregão;

**21.4.1.2** – Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

**21.4.1.3** - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

#### **22 - DO REAJUSTAMENTO**

**22.1.** Durante a vigência do contrato, os preços serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

**22.2.** A beneficiária, quando for o caso previsto acima, deverá formular à administração requerimento para a revisão comprovando a ocorrência do fato.

**22.3.** A comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta e do momento do pedido da revisão.

**22.4.** Junto com o requerimento a beneficiária deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da Proposta e do momento do pedido de revisão, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

**22.5.** A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados.

**22.6.** Conforme o protocolo, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

#### **23 - LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO**

**23.1.** Tendo em vista este ser um procedimento licitatório de contratação de serviços comuns, o processo é integralmente público, quando do início de sua fase externa. Os documentos processuais fundamentais serão disponibilizados a qualquer interessado, sendo desnecessária a regulação das informações, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011. Portanto, declaramos que as informações contidas nesse processo licitatório não se submetem à nenhuma restrição de acesso elencadas na Lei 12.527/2011, podendo ser publicado seu inteiro teor.

#### **24 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**24.1** – Homologada a licitação o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

**24.2** – Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do serviço.

**24.3** - É facultado à Pregoeira(o) ou a Autoridade Competente, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

**24.4** – Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

**24.5** – Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas

**24.6** – Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

**24.7** – Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139.

**24.8** – A **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125.

**24.9** – Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

**24.10** - A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica não ficando necessariamente obrigado o **CONTRATANTE** a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada ao mesmo.

**24.11** - É vedado à **contratada** subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

**24.12** - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

**24.13** – A Pregoeira(o), no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**24.14** – É vedado ao **fornecedor** retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

**24.15** - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pela Pregoeira(o) de forma exclusiva pela plataforma de Portal de Compras Publicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>).

**24.16** - Integram o Presente Edital:

**a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**

**b) ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA**

**c) ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA**  
**d) ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**24.17-** Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através

do Portal Eletrônico <https://monteazul.mg.gov.br/categoria/licitacao>.

**24.18 -** O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

**24.19 -** No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

**24.20 -** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**24.21 -** Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

**24.22 -** É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

**24.23 -** O **CONTRATANTE** reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

**24.24 -** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**24.25 -** O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

**26.26.** Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 12h às 18h ou através do endereço eletrônico <https://monteazul.mg.gov.br/categoria/licitacao>. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

Monte Azul-MG, 13 de Agosto de 2025..

-----  
**SAULO ANTUNE FELICIANO**  
Autoridade Competente

## TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025

### AMPLA PARTICIPAÇÃO

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

**1.1. O presente termo tem por objeto a AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE CONSTRUÇÃO DE ROBÔS MÓVEIS VOLTADOS AO ENSINO FUNDAMENTAL, COMPOSTOS POR PEÇAS ELETROMECÂNICAS, SENSORES, MOTORES, PLACAS CONTROLADORAS, SOFTWARE DE PROGRAMAÇÃO COMPATÍVEL COM AMBIENTE EDUCACIONAL E MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO E DIGITAL, COM ESTRUTURA PEDAGÓGICA ADEQUADA A CADA ANO ESCOLAR EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261000286/2024/SEE. Os bens/serviços objeto da contratação pretendida possuem as seguintes especificações:**

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Estimado	TOTAL ESTIMADO
01	CONJUNTO DE CONSTRUÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE ROBÔS MÓVEIS, ACOMPANHADOS DE GARANTIA TÉCNICA. destinados ao uso pedagógico por alunos e professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Monte Azul-MG, contendo: •Módulo de controle programável; •Sensores e leds; •Componentes eletrônicos, estruturais e de fixação; •Sistema de alimentação; •Ambiente digital de programação; •Manual de uso e conservação; •Caixa de armazenamento; •Manuais de atividades impressos para o professor; •Cenário de atividades; •Certificações; •Capacitação pedagógica; Garantia Mínima 12 Meses.	CONJUNTO	25	R\$ 12.800,00	R\$320.000,00

#### 1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO CONJUNTO

ITEM	DESCRIÇÃO
Conjunto	Conjunto de construção e programação de robôs móveis.
Composição	Módulo de controle programável, motores, rodas, sensores, servomotor, leds, sistema de alimentação, peças estruturantes e de fixação,

	ambiente digital para programação do módulo de controle, ferramentas necessárias para manuseio, manuais de apoio e cenário pedagógico.
Módulo de Controle Programável	<p>01 (um) Módulo de controle programável por meio de microcomputador, capaz de operar de forma autônoma após a programação, sendo alimentado por pilhas e/ou baterias recarregáveis.</p> <p>O módulo de controle programável deverá possuir a seguinte composição mínima: 02 (duas) saídas para motor; 04 (quatro) entradas para sensores; 04 (quatro) saídas para atuadores; 02 (duas) saídas para servomotor; 04 (quatro) indicadores visuais (leds); 01 (um) gerador de som embarcado.</p> <p>Por se tratar de material destinado a alunos do Ensino Fundamental, o módulo deverá apresentar design físico sem componentes ou pinos expostos, com conectores protegidos e seguros, apropriados ao manuseio educacional, vedada qualquer necessidade de solda, conexão por fios desencapados ou interfaces abertas do tipo GPIO, como as utilizadas em placas Arduino ou similares</p>
Sensores e leds	02 (dois) sensores de toque; 01 (um) sensor infravermelho; 02 (dois) sensores de linha, com ajustes manuais de sensibilidade; 01 (um) sensor de cor, com ajustes manuais de sensibilidade; 01 (um) sensor de pressão sonora; 02 (dois) sensores de luminosidade; 01 (um) sensor de temperatura; 01 (um) sensor para aferição de resistência elétrica; 06 (seis) leds programáveis, em 03 (três) cores diferentes, sendo 02 (dois) <i>leds</i> de cada cor.
Peças estruturantes e fixação	<p>400 (quatrocentas) peças estruturantes e de fixação de diversos tamanhos e cores em variedade adequada ao desenvolvimento de múltiplas atividades pedagógicas e projetos de montagem que possam ser utilizadas juntamente com o módulo de controle programável e os componentes eletrônicos que permitam a construção de protótipos tridimensionais e funcionais.</p> <p>Deverá ter uma variedade e tamanhos, sendo minimamente:</p> <p>04 (quatro) tamanhos diferentes de conectores ou rebites; 02 (dois) tamanhos diferentes de base tipo U; 04 (quatro) tamanhos diferentes de barras; 03 (três) tamanhos diferentes de peças angulares; 03 (três) tamanhos diferentes de cantoneiras; 03 (três) modelos diferentes de conectores.</p> <p>As peças estruturantes deverão ser inoxidáveis e não cortantes e permitir a construção de protótipos tridimensionais e funcionais.</p>
Motores	02 (dois) motores com caixa de redução e estrutura de fixação.
Servomotor	01 (um) servomotor.
Rodas e pneus	03 (três) rodas de tamanhos diferentes, com os respectivos pneus.
Sistema de alimentação	<p>Baterias e/ou pilhas recarregáveis, acompanhadas de seus respectivos carregadores, destinadas à alimentação do módulo de controle programável.</p> <p>As baterias e/ou pilhas devem garantir autonomia suficiente para o funcionamento contínuo do módulo de controle programável, acionando 02 (dois) motores sem interrupções por, no mínimo, 03 (três) horas.</p>
Ferramentas	01 (um) conjunto de ferramentas manuais adequadas à montagem dos protótipos.
Ambiente digital para programação do módulo de	Deverá ser fornecido, em regime de cessão definitiva, um ambiente digital para programação do módulo de controle, com licença perpétua de uso irrestrito em ambiente educacional, mediante formalização por meio de Cessão de Licença e Direito de Uso (CLDU). O ambiente digital deverá ser

controle	<p>exclusivamente compatível com o módulo de controle fornecido, vedada a utilização de ambientes genéricos, plataformas de código aberto ou adaptados de terceiros, tendo em vista a necessidade de compatibilidade plena, segurança operacional e continuidade pedagógica com suporte técnico unificado e adequado ao público do Ensino Fundamental.</p> <p>O ambiente digital deverá ser totalmente apresentado em Língua Portuguesa, com organização visual clara, intuitiva e linguagem de fácil compreensão. Deverá contar com um sistema de ajuda integrado, também em Língua Portuguesa, que ofereça exemplos contextualizados de montagem, programação e uso de robôs pedagógicos em atividades práticas.</p> <p>O ambiente digital deverá oferecer 02 (dois) modos de programação distintos, atendendo tanto usuários iniciantes quanto avançados:</p> <p>Para iniciantes, deverá estar disponível uma linguagem com comandos simplificados.</p> <p>Já para usuários mais experientes, deverão ser disponibilizados recursos complementares, como lógica condicional, estruturas de repetição, variáveis e ferramentas de depuração.</p> <p>A alternância entre os dois modos deverá ocorrer de forma fluida, com manutenção do código criado e compatibilidade total entre os níveis de complexidade.</p> <p>Em ambos os modos de programação, o ambiente digital deverá permitir a transferência, por meio de cabo ou conexão <i>wifi</i> ou <i>bluetooth</i>, das sequências de código ao módulo de controle, para que este possa executá-las de forma autônoma, sem permanecer conectado ao microcomputador.</p> <p>O ambiente digital deverá reconhecer automaticamente todos os dispositivos integrantes do conjunto fornecido quando conectados ao módulo de controle, como sensores, motores, servomotores ou atuadores, sem necessidade de configuração manual.</p> <p>Além disso, o ambiente digital deverá permitir a coleta autônoma de dados. As informações registradas poderão ser visualizadas no próprio ambiente por meio de representações gráficas integradas e, quando necessário, exportadas para arquivos no formato <i>.CSV (comma-separated values)</i>, compatíveis com ferramentas de análise de dados e planilhas eletrônicas.</p> <p>O ambiente digital para programação deverá operar nativamente em microcomputadores com sistemas operacionais <i>Microsoft Windows</i> (versão mínima 7) e <i>Linux Ubuntu</i> (versão mínima 18.04), sem necessidade de instalação de bibliotecas externas, extensões de navegador ou dependências adicionais.</p> <p>Deverá estar disponível para instalação via mídia física (<i>pendrive</i>) ou por meio de <i>link para download</i>.</p>
Manual de uso e conservação	<p>Os conjuntos deverão ser entregues acompanhados de seus respectivos manuais de uso e conservação, impressos em Língua Portuguesa, em papel apergaminhado, com gramatura mínima de 75 g/m<sup>2</sup> (setenta e cinco gramas por metro quadrado), em policromia 4 (quatro) por 4 (quatro), devendo conter, obrigatoriamente, os dados do fornecedor, incluindo endereço, telefone e correio eletrônico, além das orientações necessárias para o acionamento da garantia, caso necessário.</p>
Armazenamento	<p>Todo o material deverá ser acondicionado em caixa organizadora com tampa destacável e alça lateral, produzida em material resistente e não</p>

	<p>perceível, capaz de suportar o empilhamento mínimo de 05 (cinco) caixas organizadoras.</p>
Itens adicionais	<p>Garantia, Manual impresso do professor, Cenário pedagógico, Certificações e Capacitação pedagógica.</p>
Garantia	<p>O conjunto, incluindo todos os itens, peças, componentes e materiais que o integram, deverá possuir garantia técnica mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega definitiva. Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela substituição, correção ou reparo de quaisquer componentes que apresentem defeitos de fabricação ou falhas de funcionamento decorrentes de vícios técnicos de origem, sem ônus para a Administração, incluindo todos os custos relacionados a transporte, logística, mão de obra e materiais.</p> <p>A assistência técnica deverá estar disponível em território nacional e oferecer suporte remoto e/ou presencial, conforme a complexidade da ocorrência.</p> <p>O não atendimento às condições de garantia ou a ausência de solução adequada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação formal da contratante, implicará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.</p> <p>A contratada deverá apresentar o Termo de Garantia, contendo detalhadamente as condições de cobertura, descritas neste item, que será anexado aos autos para fins de fiscalização contratual.</p>
Manual de atividades impresso para os professores do ensino fundamental	<p>Cada conjunto deverá ser entregue acompanhado de 09 (nove) manuais de atividades impressos, correspondentes do 1º (primeiro) ao 9º (nono) ano do Ensino Fundamental, sendo 01 (um) manual para cada ano escolar.</p> <p>Cada manual deverá conter conteúdos integralmente distintos e sem sobreposição temática, dispostos em, no mínimo, 15 (quinze) atividades completas, estruturadas em formato de sequência didática, incluindo introdução ao tema, levantamento de conhecimentos prévios, perguntas norteadoras, aplicação prática com uso obrigatório das peças do conjunto, registro gráfico das produções e programação visual clara, padronizada e acessível ao público-alvo.</p> <p>As atividades deverão integrar, de forma intencional e articulada, diferentes áreas do conhecimento - Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e/ou Geografia - bem como temas transversais, como ética, meio ambiente, cidadania, inclusão e diversidade cultural.</p> <p>Será obrigatória a adoção de metodologias ativas de aprendizagem, tais como resolução de problemas, estudo de caso, jogos educativos e atividades de criação livre, com mediação docente prevista em todas as etapas.</p> <p>Todos os conteúdos deverão estar associados ao uso de recursos de tecnologia educacional, incluindo, sempre que pertinente, sensores, motores, linguagem de programação acessível e desafios de engenharia e robótica que favoreçam a experimentação e o raciocínio lógico.</p> <p>Não serão aceitos materiais que se limitem à descrição técnica dos componentes do conjunto ou que apresentem atividades genéricas de montagem, sem vínculo pedagógico, estrutura didática definida ou objetivos de aprendizagem claramente estabelecidos.</p> <p>Os manuais do professor deverão conter orientações metodológicas completas, planos de aula detalhados, indicações de mediação, sugestões de intervenções docentes, respostas esperadas para cada atividade proposta e, quando aplicável, os respectivos códigos de programação.</p>

	<p>Todas as instruções devem ser apresentadas com clareza, em linguagem técnica compatível com o perfil docente da etapa de ensino, e organizadas de forma a garantir a autonomia do professor na condução das atividades pedagógicas.</p> <p>Os manuais deverão ter capa com dimensões de 20,5 cm (vinte vírgula cinco centímetros) de largura por 27,5 cm (vinte e sete vírgula cinco centímetros) de altura, impressa em policromia 4 (quatro) x 0 (zero), em papel com gramatura mínima de 250 g/m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta gramas por metro quadrado), admitindo-se gramatura superior. O miolo deverá manter as mesmas dimensões da capa, com impressão em policromia 4 (quatro) x 4 (quatro), em papel tipo apergaminhado, com gramatura mínima de 75 g/m<sup>2</sup> (setenta e cinco gramas por metro quadrado), admitindo-se gramatura superior. O acabamento deverá ser realizado em espiral metálica, lombada quadrada colada ou grampo/canoa, devendo garantir robustez, durabilidade física e resistência ao uso contínuo em ambiente escolar. Fica vedado o uso de encadernações provisórias, soluções frágeis ou qualquer formato que comprometa a integridade e o manuseio prolongado do material.</p> <p>Será admitida uma variação dimensional de até 5% (cinco por cento), para mais ou para menos, tanto na largura quanto na altura, aplicada à capa e ao miolo, de forma a contemplar eventuais tolerâncias técnicas decorrentes do processo de produção gráfica.</p>
<p>Cenário Pedagógico</p>	<p>Adicionalmente, o conjunto deverá conter 01 (um) cenário pedagógico concebido como um recurso para a mediação entre a programação digital e a ação física do robô. Será um elemento que transforma a atividade em sala de aula em uma experiência visual e prática, permitindo que os estudantes executem os protótipos montados e os comandos programados em situações práticas de navegação, desafio e resolução de problemas, sendo obrigatoriamente colorido, confeccionado em lona fosca com gramatura mínima de 280 (duzentos e oitenta) gramas, e apresentando medidas de 120 cm (cento e vinte centímetros) de largura por 140 cm (cento e quarenta centímetros) de altura.</p> <p>Será admitida uma variação dimensional de até 5% (cinco por cento), para mais ou para menos, tanto na largura quanto na altura, de forma a contemplar eventuais tolerâncias técnicas decorrentes do processo de produção.</p>
<p>Certificações</p>	<p>O conjunto deverá possuir certificações conforme a legislação vigente, incluindo certificação do Inmetro e, quando aplicável, da Anatel.</p>
<p>Capacitação pedagógica</p>	<p>Deverá ser ofertada, pela empresa contratada, uma capacitação pedagógica presencial. A formação deverá abordar aspectos teóricos e práticos relacionados ao uso dos conjuntos de construção e programação de robôs móveis, incluindo montagem, operação, programação, aplicação pedagógica e estratégias metodológicas de integração curricular, conforme os conteúdos dos manuais fornecidos.</p> <p>A formação deverá ser ministrada por profissional qualificado com formação superior em áreas correlatas à Educação, com experiência comprovada em uso de tecnologias aplicadas à educação básica.</p> <p>Deverá ocorrer em local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, com infraestrutura mínima garantida para a realização das atividades, e ser realizada em data previamente agendada em comum acordo com a Administração.</p>

	<p>A capacitação é parte integrante e indissociável do fornecimento dos conjuntos, sem custo adicional, e deverá estar integralmente contemplada no valor global ofertado para o item licitado.</p> <p>A capacitação terá duração mínima de 8 (oito) horas e deverá ser realizada em um único dia. A participação será destinada a 10 (dez) professores ou servidores da Rede Municipal de Ensino, indicados pela Secretaria de Educação.</p> <p>A empresa deverá utilizar os mesmos conjuntos fornecidos para as atividades práticas, apresentar os conteúdos previstos nos manuais e emitir certificado de participação para todos os presentes.</p> <p>A licitante deverá apresentar, para fins de avaliação técnica na <b>ASSINATURA DO CONTRATO/ATA REGISTRO DEPREÇO</b>, declaração formal de compromisso de capacitação pedagógica, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I - Indicação de que a capacitação será ministrada por profissional com formação superior em área correlata à Educação e experiência comprovada no uso de tecnologias educacionais;</li><li>II - Descrição resumida do plano temático da formação, conforme os conteúdos dos manuais fornecidos;</li><li>III - Compromisso de utilização dos conjuntos fornecidos nas atividades práticas;</li><li>IV - Confirmação de emissão de certificados aos participantes;</li><li>V - Atestado de que a capacitação está integralmente incluída no valor ofertado, sem custo adicional.</li></ul>
--	--

## 1.2. JUSTIFIATIVA PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO

“Justifica-se a não realização DE COTAS RESERVADAS no presente certame, qual seja, para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e/ou equiparadas mesmo o item estando com valor estimado acima de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, tendo em vista que, poderá representar prejuízos a execução do CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261000286/2024/SEE devido a complexidade do objeto a ser contratado/executado.

O que se observa é que a Lei Complementar 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a “proposta mais vantajosa para a administração” conforme é vislumbrado no artigo 11, da Lei 14.133/21.

Em síntese, realizar, o presente certame, prevendo a possibilidade de cotas para Microempresa ou Empresa de Pequeno porte poderá representar prejuízos incalculáveis com a divisão do item em cotas. A não aplicação do dispositivo, que prevê a obrigatoriedade, é atenuada com o disposto na própria Lei, que, em seu inciso II e III, do artigo 49 prevê a possibilidade da não aplicação como já descrito.

**1.3.** A aquisição do objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns).

## 2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO:

2.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de conjuntos de construção e programação de robôs móveis, destinados ao uso pedagógico no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Monte Azul. A medida visa aprimorar as práticas de ensino e aprendizagem por meio da incorporação de recursos tecnológicos estruturados e metodologicamente orientados, em consonância com os marcos normativos da educação básica no Brasil.

2.2. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, estabelece:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

2.3. A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), por sua vez, assegura:

No art. 3º, inciso IV:

“Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.”

No art. 4º, inciso IX:

“Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.”

2.4. No campo curricular, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, determina que a formação do estudante deve promover, entre outras, as seguintes competências gerais:

Competência 2:

“Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.”

Competência 5:

“Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e produzir informações e conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.”

2.5. A aquisição dos conjuntos de construção e programação de robôs móveis, conforme especificado neste Termo de Referência, promove a articulação entre as competências da BNCC e as práticas pedagógicas baseadas em metodologias ativas. O objeto contempla recursos pedagógicos estruturados voltados ao uso por professores e alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, organizados em sequências didáticas que integram o uso de tecnologias educacionais com situações-problema contextualizadas e alinhadas às competências da BNCC.

2.6. Tais materiais oferecem suporte estruturado à atuação docente, favorecendo o desenvolvimento de competências cognitivas, motoras e socioemocionais, como raciocínio lógico, cooperação, autonomia, criatividade e tomada de decisão. A proposta pedagógica incorporada ao

objeto atende aos princípios de interdisciplinaridade, inclusão e equidade, além de expandir o acesso dos estudantes da rede pública a tecnologias compatíveis com sua realidade educacional.

2.7. Adicionalmente, a iniciativa está alinhada aos princípios e diretrizes previstos nas políticas públicas educacionais, notadamente aquelas que promovem a melhoria da aprendizagem, a formação integral e a integração qualificada de tecnologias digitais nos ambientes escolares.

2.8. Dessa forma, a contratação dos conjuntos ora descritos configura-se como medida legalmente respaldada, tecnicamente justificada e didaticamente fundamentada, voltada à elevação da qualidade da educação pública municipal e à promoção de uma escola inovadora, acessível e alinhada às exigências formativas do século XXI.

### 3. DESCRIÇÃO DAS TAREFAS DA SOLUÇÃO:

**3.1.** A solução compreende o fornecimento de conjuntos de construção de robôs móveis compostos por peças interconectáveis, sensores, motores, placas eletrônicas, componentes estruturais, software de programação em linguagem visual e material didático impresso e digital para professores. O conteúdo didático deverá ser estruturado por ano escolar, com propostas pedagógicas baseadas em metodologias ativas, integrando os campos de conhecimento previstos para o ensino fundamental. O uso do conjunto deverá possibilitar o desenvolvimento de projetos, desafios e experimentações que estimulem a criatividade, o raciocínio lógico, o trabalho em equipe e o protagonismo estudantil.

### 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Item	Especificação	Unidad e de Medida	Quant.	Valor Estimado	TOTAL ESTIMADO
01	CONJUNTO DE CONSTRUÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE ROBÔS MÓVEIS, ACOMPANHADOS DE GARANTIA TÉCNICA. destinados ao uso pedagógico por alunos e professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Monte Azul-MG, contendo: •Módulo de controle programável; •Sensores e leds; •Componentes eletrônicos, estruturais e de fixação; •Sistema de alimentação; •Ambiente digital de programação; •Manual de uso e conservação; •Caixa de armazenamento; •Manuais de atividades impressos para o professor; •Cenário de atividades; •Certificações; •Capacitação	CONJUNTO	25	R\$12.800,00	R\$320.000,00

	pedagógica; Garantia Mínima 12 Meses.				
--	---------------------------------------	--	--	--	--

#### 4.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO CONJUNTO

ITEM	DESCRIÇÃO
Conjunto	Conjunto de construção e programação de robôs móveis.
Composição	Módulo de controle programável, motores, rodas, sensores, servomotor, leds, sistema de alimentação, peças estruturantes e de fixação, ambiente digital para programação do módulo de controle, ferramentas necessárias para manuseio, manuais de apoio e cenário pedagógico.
Módulo de Controle Programável	01 (um) Módulo de controle programável por meio de microcomputador, capaz de operar de forma autônoma após a programação, sendo alimentado por pilhas e/ou baterias recarregáveis. O módulo de controle programável deverá possuir a seguinte composição mínima: 02 (duas) saídas para motor; 04 (quatro) entradas para sensores; 04 (quatro) saídas para atuadores; 02 (duas) saídas para servomotor; 04 (quatro) indicadores visuais (leds); 01 (um) gerador de som embarcado. Por se tratar de material destinado a alunos do Ensino Fundamental, o módulo deverá apresentar design físico sem componentes ou pinos expostos, com conectores protegidos e seguros, apropriados ao manuseio educacional, vedada qualquer necessidade de solda, conexão por fios desencapados ou interfaces abertas do tipo GPIO, como as utilizadas em placas Arduino ou similares
Sensores e leds	02 (dois) sensores de toque; 01 (um) sensor infravermelho; 02 (dois) sensores de linha, com ajustes manuais de sensibilidade; 01 (um) sensor de cor, com ajustes manuais de sensibilidade; 01 (um) sensor de pressão sonora; 02 (dois) sensores de luminosidade; 01 (um) sensor de temperatura; 01 (um) sensor para aferição de resistência elétrica; 06 (seis) leds programáveis, em 03 (três) cores diferentes, sendo 02 (dois) <i>leds</i> de cada cor.
Peças estruturantes e fixação	400 (quatrocentas) peças estruturantes e de fixação de diversos tamanhos e cores em variedade adequada ao desenvolvimento de múltiplas atividades pedagógicas e projetos de montagem que possam ser utilizadas juntamente com o módulo de controle programável e os componentes eletrônicos que permitam a construção de protótipos tridimensionais e funcionais. Deverá ter uma variedade e tamanhos, sendo minimamente: 04 (quatro) tamanhos diferentes de conectores ou rebites; 02 (dois) tamanhos diferentes de base tipo U; 04 (quatro) tamanhos diferentes de barras; 03 (três) tamanhos diferentes de peças angulares; 03 (três) tamanhos diferentes de cantoneiras; 03 (três) modelos diferentes de conectores. As peças estruturantes deverão ser inoxidáveis e não cortantes e permitir a construção de protótipos tridimensionais e funcionais.
Motores	02 (dois) motores com caixa de redução e estrutura de fixação.
Servomotor	01 (um) servomotor.

Rodas e pneus	03 (três) rodas de tamanhos diferentes, com os respectivos pneus.
Sistema de alimentação	Baterias e/ou pilhas recarregáveis, acompanhadas de seus respectivos carregadores, destinadas à alimentação do módulo de controle programável. As baterias e/ou pilhas devem garantir autonomia suficiente para o funcionamento contínuo do módulo de controle programável, acionando 02 (dois) motores sem interrupções por, no mínimo, 03 (três) horas.
Ferramentas	01 (um) conjunto de ferramentas manuais adequadas à montagem dos protótipos.
Ambiente digital para programação do módulo de controle	Deverá ser fornecido, em regime de cessão definitiva, um ambiente digital para programação do módulo de controle, com licença perpétua de uso irrestrito em ambiente educacional, mediante formalização por meio de Cessão de Licença e Direito de Uso (CLDU). O ambiente digital deverá ser exclusivamente compatível com o módulo de controle fornecido, vedada a utilização de ambientes genéricos, plataformas de código aberto ou adaptados de terceiros, tendo em vista a necessidade de compatibilidade plena, segurança operacional e continuidade pedagógica com suporte técnico unificado e adequado ao público do Ensino Fundamental. O ambiente digital deverá ser totalmente apresentado em Língua Portuguesa, com organização visual clara, intuitiva e linguagem de fácil compreensão. Deverá contar com um sistema de ajuda integrado, também em Língua Portuguesa, que ofereça exemplos contextualizados de montagem, programação e uso de robôs pedagógicos em atividades práticas. O ambiente digital deverá oferecer 02 (dois) modos de programação distintos, atendendo tanto usuários iniciantes quanto avançados: Para iniciantes, deverá estar disponível uma linguagem com comandos simplificados. Já para usuários mais experientes, deverão ser disponibilizados recursos complementares, como lógica condicional, estruturas de repetição, variáveis e ferramentas de depuração. A alternância entre os dois modos deverá ocorrer de forma fluida, com manutenção do código criado e compatibilidade total entre os níveis de complexidade. Em ambos os modos de programação, o ambiente digital deverá permitir a transferência, por meio de cabo ou conexão <i>wifi</i> ou <i>bluetooth</i> , das sequências de código ao módulo de controle, para que este possa executá-las de forma autônoma, sem permanecer conectado ao microcomputador. O ambiente digital deverá reconhecer automaticamente todos os dispositivos integrantes do conjunto fornecido quando conectados ao módulo de controle, como sensores, motores, servomotores ou atuadores, sem necessidade de configuração manual. Além disso, o ambiente digital deverá permitir a coleta autônoma de dados. As informações registradas poderão ser visualizadas no próprio ambiente por meio de representações gráficas integradas e, quando necessário, exportadas para arquivos no formato <i>.CSV (comma-separated values)</i> , compatíveis com ferramentas de análise de dados e planilhas eletrônicas.

	<p>O ambiente digital para programação deverá operar nativamente em microcomputadores com sistemas operacionais <i>Microsoft Windows</i> (versão mínima 7) e <i>Linux Ubuntu</i> (versão mínima 18.04), sem necessidade de instalação de bibliotecas externas, extensões de navegador ou dependências adicionais.</p> <p>Deverá estar disponível para instalação via mídia física (<i>pendrive</i>) ou por meio de <i>link para download</i>.</p>
Manual de uso e conservação	<p>Os conjuntos deverão ser entregues acompanhados de seus respectivos manuais de uso e conservação, impressos em Língua Portuguesa, em papel apermilhado, com gramatura mínima de 75 g/m<sup>2</sup> (setenta e cinco gramas por metro quadrado), em policromia 4 (quatro) por 4 (quatro), devendo conter, obrigatoriamente, os dados do fornecedor, incluindo endereço, telefone e correio eletrônico, além das orientações necessárias para o acionamento da garantia, caso necessário.</p>
Armazenamento	<p>Todo o material deverá ser acondicionado em caixa organizadora com tampa destacável e alça lateral, produzida em material resistente e não perecível, capaz de suportar o empilhamento mínimo de 05 (cinco) caixas organizadoras.</p>
Itens adicionais	<p>Garantia, Manual impresso do professor, Cenário pedagógico, Certificações e Capacitação pedagógica.</p>
Garantia	<p>O conjunto, incluindo todos os itens, peças, componentes e materiais que o integram, deverá possuir garantia técnica mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega definitiva. Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela substituição, correção ou reparo de quaisquer componentes que apresentem defeitos de fabricação ou falhas de funcionamento decorrentes de vícios técnicos de origem, sem ônus para a Administração, incluindo todos os custos relacionados a transporte, logística, mão de obra e materiais.</p> <p>A assistência técnica deverá estar disponível em território nacional e oferecer suporte remoto e/ou presencial, conforme a complexidade da ocorrência.</p> <p>O não atendimento às condições de garantia ou a ausência de solução adequada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação formal da contratante, implicará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.</p> <p>A contratada deverá apresentar o Termo de Garantia, contendo detalhadamente as condições de cobertura, descritas neste item, que será anexado aos autos para fins de fiscalização contratual.</p>
Manual de atividades impresso para os professores do ensino fundamental	<p>Cada conjunto deverá ser entregue acompanhado de 09 (nove) manuais de atividades impressos, correspondentes do 1º (primeiro) ao 9º (nono) ano do Ensino Fundamental, sendo 01 (um) manual para cada ano escolar.</p> <p>Cada manual deverá conter conteúdos integralmente distintos e sem sobreposição temática, dispostos em, no mínimo, 15 (quinze) atividades completas, estruturadas em formato de sequência didática, incluindo introdução ao tema, levantamento de conhecimentos prévios, perguntas norteadoras, aplicação prática com uso obrigatório das peças do conjunto, registro gráfico das produções e programação visual clara, padronizada e</p>

	<p>acessível ao público-alvo.</p> <p>As atividades deverão integrar, de forma intencional e articulada, diferentes áreas do conhecimento - Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e/ou Geografia - bem como temas transversais, como ética, meio ambiente, cidadania, inclusão e diversidade cultural.</p> <p>Será obrigatória a adoção de metodologias ativas de aprendizagem, tais como resolução de problemas, estudo de caso, jogos educativos e atividades de criação livre, com mediação docente prevista em todas as etapas.</p> <p>Todos os conteúdos deverão estar associados ao uso de recursos de tecnologia educacional, incluindo, sempre que pertinente, sensores, motores, linguagem de programação acessível e desafios de engenharia e robótica que favoreçam a experimentação e o raciocínio lógico.</p> <p>Não serão aceitos materiais que se limitem à descrição técnica dos componentes do conjunto ou que apresentem atividades genéricas de montagem, sem vínculo pedagógico, estrutura didática definida ou objetivos de aprendizagem claramente estabelecidos.</p> <p>Os manuais do professor deverão conter orientações metodológicas completas, planos de aula detalhados, indicações de mediação, sugestões de intervenções docentes, respostas esperadas para cada atividade proposta e, quando aplicável, os respectivos códigos de programação.</p> <p>Todas as instruções devem ser apresentadas com clareza, em linguagem técnica compatível com o perfil docente da etapa de ensino, e organizadas de forma a garantir a autonomia do professor na condução das atividades pedagógicas.</p> <p>Os manuais deverão ter capa com dimensões de 20,5 cm (vinte vírgula cinco centímetros) de largura por 27,5 cm (vinte e sete vírgula cinco centímetros) de altura, impressa em policromia 4 (quatro) x 0 (zero), em papel com gramatura mínima de 250 g/m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta gramas por metro quadrado), admitindo-se gramatura superior. O miolo deverá manter as mesmas dimensões da capa, com impressão em policromia 4 (quatro) x 4 (quatro), em papel tipo apergaminhado, com gramatura mínima de 75 g/m<sup>2</sup> (setenta e cinco gramas por metro quadrado), admitindo-se gramatura superior. O acabamento deverá ser realizado em espiral metálica, lombada quadrada colada ou grampo/canoa, devendo garantir robustez, durabilidade física e resistência ao uso contínuo em ambiente escolar. Fica vedado o uso de encadernações provisórias, soluções frágeis ou qualquer formato que comprometa a integridade e o manuseio prolongado do material.</p> <p>Será admitida uma variação dimensional de até 5% (cinco por cento), para mais ou para menos, tanto na largura quanto na altura, aplicada à capa e ao miolo, de forma a contemplar eventuais tolerâncias técnicas decorrentes do processo de produção gráfica.</p>
<p>Cenário Pedagógico</p>	<p>Adicionalmente, o conjunto deverá conter 01 (um) cenário pedagógico concebido como um recurso para a mediação entre a programação digital e a ação física do robô. Será um elemento que transforma a atividade em sala de aula em uma experiência visual e prática, permitindo que os estudantes</p>

	<p>executem os protótipos montados e os comandos programados em situações práticas de navegação, desafio e resolução de problemas, sendo obrigatoriamente colorido, confeccionado em lona fosca com gramatura mínima de 280 (duzentos e oitenta) gramas, e apresentando medidas de 120 cm (cento e vinte centímetros) de largura por 140 cm (cento e quarenta centímetros) de altura.</p> <p>Será admitida uma variação dimensional de até 5% (cinco por cento), para mais ou para menos, tanto na largura quanto na altura, de forma a contemplar eventuais tolerâncias técnicas decorrentes do processo de produção.</p>
Certificações	<p>O conjunto deverá possuir certificações conforme a legislação vigente, incluindo certificação do Inmetro e, quando aplicável, da Anatel.</p>
Capacitação pedagógica	<p>Deverá ser ofertada, pela empresa contratada, uma capacitação pedagógica presencial. A formação deverá abordar aspectos teóricos e práticos relacionados ao uso dos conjuntos de construção e programação de robôs móveis, incluindo montagem, operação, programação, aplicação pedagógica e estratégias metodológicas de integração curricular, conforme os conteúdos dos manuais fornecidos.</p> <p>A formação deverá ser ministrada por profissional qualificado com formação superior em áreas correlatas à Educação, com experiência comprovada em uso de tecnologias aplicadas à educação básica.</p> <p>Deverá ocorrer em local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, com infraestrutura mínima garantida para a realização das atividades, e ser realizada em data previamente agendada em comum acordo com a Administração.</p> <p>A capacitação é parte integrante e indissociável do fornecimento dos conjuntos, sem custo adicional, e deverá estar integralmente contemplada no valor global ofertado para o item licitado.</p> <p>A capacitação terá duração mínima de 8 (oito) horas e deverá ser realizada em um único dia. A participação será destinada a 10 (dez) professores ou servidores da Rede Municipal de Ensino, indicados pela Secretaria de Educação.</p> <p>A empresa deverá utilizar os mesmos conjuntos fornecidos para as atividades práticas, apresentar os conteúdos previstos nos manuais e emitir certificado de participação para todos os presentes.</p> <p>A licitante deverá apresentar, para fins de avaliação técnica na <b>ASSINATURA DO CONTRATO/ATA REGISTRO DEPREÇO</b>, declaração formal de compromisso de capacitação pedagógica, contendo:</p> <p>I - Indicação de que a capacitação será ministrada por profissional com formação superior em área correlata à Educação e experiência comprovada no uso de tecnologias educacionais;</p> <p>II - Descrição resumida do plano temático da formação, conforme os conteúdos dos manuais fornecidos;</p> <p>III - Compromisso de utilização dos conjuntos fornecidos nas atividades práticas;</p> <p>IV - Confirmação de emissão de certificados aos participantes;</p> <p>V - Atestado de que a capacitação está integralmente incluída no valor</p>

ofertado, sem custo adicional.
--------------------------------

#### 4.3 FORMA DE EXECUÇÃO E LOCAL

4.3.1 O fornecimento do objeto deste TR- Termo de Referência deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor responsável da Prefeitura Municipal de Monte Azul-MG, conforme as condições de data, horário, local e quantidade estipulada na autorização, podendo ser prorrogado por meio de justificativa e autorização desta administração.

4.3.2 Esse período é crucial para garantir que os produtos estejam prontos para serem utilizados dentro do prazo estipulado, assegurando assim a continuidade e a eficiência dos serviços oferecidos.

4.3.3. Os produtos objeto deste TR-Termo de Referência serão recebidas pelos fiscais do contrato ou por servidores do Município de Monte Azul-MG, no local estipulado na Autorização de Fornecimento.

4.3.4. Somente após a emissão da Autorização de Fornecimento é que a Detentora deverá iniciar o cumprimento das obrigações que tiver assumido com a Administração Pública do Município de Monte Azul-MG.

4.3.4. Os produtos objeto deste contrato não serão recebidas se estiverem em desacordo com as condições estipuladas neste instrumento, nos autos do procedimento licitatório ou na Autorização de Fornecimento.

4.3.5. Após a verificação da quantidade e qualidade exigidas, e sua consequente aceitação, que ocorrerá até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, o fiscal responsável ou um funcionário designando atestará o recebimento definitivo. Esse processo é essencial para garantir que todos os itens adquiridos estejam de acordo com as especificações e normas estabelecidas, assegurando assim que os itens estejam prontos para utilização.

4.3.6. Os produtos deverão ser fornecidos com estrita observância das determinações contidas neste TR-Termo de Referência.

4.3.7. Sendo detectados problemas com os produtos/materiais entregues, o contratado será notificado a substituir os produtos no prazo máximo de 10 (dez) dias.

4.3.8. Na eventualidade de recusar-se a receber os produtos objeto deste TR por estar ele em desacordo com as especificações exigidas, não se responsabilizará por nenhum gasto com despesa de ou qualquer outra necessária à devolução ou à substituição do objeto licitado.

4.3.9 Os produtos serão instalados nas Escolas:

**a) ESCOLA MUNICIPAL OLAVO BILAC localizada na comunidade de Moreira – Zona Rural;**

**b) ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM PEREIRA localizada na Comunidade de São Sebastião – Zona Rural;**

**c) ESCOLA MUNICIPAL MANOEL ANTUNES localizada na Comunidade de Socó – Zona Rural;**

## 5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Monte Azul/MG, oportunidade em que deverá indicar, na nota fiscal, o objeto da aquisição.

5.2. O atesto do gestor na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento desta.

5.3. A CONTRATADA deverá realizar as devidas retenções na Nota Fiscal, no que couber.

5.4. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

I - Comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

II - Comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;

III - Comprovante da regularidade para com o FGTS;

IV - Comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

5.5. Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

I-II - Será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória;

5.6. A Prefeitura compromete-se a efetuar o pagamento até o 30º (trigésimo) dia a partir da apresentação da nota fiscal à Divisão de Compras, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

5.7. O preço será fixado e irrevogável, salvo as condições previstas na Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações e no Decreto Municipal que regulamenta o SRP.

5.8. Poderá haver reequilíbrio, sendo este solicitado pela empresa e aceito pela administração municipal, devendo a empresa solicitante apresentar elementos que comprove o aumento dos produtos.

5.9. As despesas com a presente licitação correrão a conta da Dotação Orçamentária consignadas na proposta orçamentária do exercício, sendo informada no momento da contratação. A dotação orçamentária também poderá ser informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho.

5.10. O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta

5.11. Não haverá antecipação de pagamentos.

## 6. ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO DA SOLUÇÃO

6.1 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada, a serem definidas pela secretaria, conforme planejamento de execução da mesma.

## 7. AVALIAÇÃO DO CUSTO

7.1 O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante pesquisas de preços praticados no mercado, conforme anexados nos autos.

7.2 As despesas correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos no momento da aquisição dos produtos licitados.

7.3. O custo estimado se pautou conforme o estudo técnico preliminar aprovado.

## 8. DOS RECURSOS E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. O custo total da presente no estimado da contratação é de R\$ 320.000,00 (Trezentos e Vinte Mil Reais), sendo que esta média obtida através de cotação de preços conforme encontra-se no processo.

8.2. A dotação a ser utilizada será:

-----  
-----

## 9. GESTÃO CONTRATUAL

### 9.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

9.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

9.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

9.5. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.6. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.7. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

9.8. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

9.9. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.10. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.11. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

9.12. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.13. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.14. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

9.15. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

9.16. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 12. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. Em anexo a esta justificativa, estão o orçamento com detalhamento referente a prestação do serviço, cópia da solicitação e justificativa do departamento demandante, estatuto da contratada, certidões negativas e demais documentos necessários.

Monte Azul-MG, 13 de Agosto de 2025.

-----  
**GUSTAVO FERNANDES CUSTODIO**  
Secretário Municipal de Educação

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA**  
(papel timbrado da licitante)

**PROCESSO Nº 107/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025**

Prezados Senhores:

Apresentamos nossa proposta para o prestação do(s)serviço(s) abaixo discriminado(s), conforme Termo de Referência.

**1. DADOS DA EMPRESA:**

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com endereço na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, tendo como representante legal, \_\_\_\_\_

Pelo presente, propomos ao município de Monte Azul/MG o fornecimento das mercadorias descritos abaixo, constantes no Termo de Referência pelos preços abaixo descritos:

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	TOTAL
01	CONJUNTO DE CONSTRUÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE ROBÔS MÓVEIS, ACOMPANHADOS DE GARANTIA TÉCNICA. destinados ao uso pedagógico por alunos e professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Monte Azul-MG, contendo: •Módulo de controle programável; •Sensores e leds; •Componentes eletrônicos, estruturais e de fixação; •Sistema de alimentação; •Ambiente digital de programação; •Manual de uso e conservação; •Caixa de armazenamento; •Manuais de atividades impressos para o professor; •Cenário de atividades; •Certificações; •Capacitação pedagógica; Garantia Mínima 12 Meses.	CONJUNTO	25	R\$ -----	R\$-----

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do certame. Declaramos estar de acordo com todas as condições estipuladas no aviso de PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS e no Termo de Referência.

Os preços propostos acima contemplam todo os tributos, taxas, impostos, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, que incidam ou venham a incidir sobre os e que influenciem na formação dos preços desta proposta financeira.

A empresa deverá registrar os valores unitários e totais do item proposto.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Assinatura e carimbo  
(Representante legal da empresa)

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

**PROCESSO Nº 107/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ sediada na \_\_\_\_\_, representada neste ato por \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF: \_\_\_\_\_. DECLARA, para todos os fins de exercício do direito, especialmente para participação no processo licitatório em epígrafe:

- a) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, abstendo-se de atos que frustrem a finalidade da presente contratação;
- b) o enquadramento na condição de Microempresa (\_\_\_) e Empresa de Pequeno Porte (\_\_\_) e /ou Equiparadas (\_\_\_), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, no que couber. Em caso afirmativo, assinalar com “x” ( );
- c) o pleno conhecimento e subordinação às condições gerais da contratação, direcionado aos princípios da boa – fé objetiva e interesse público, inerentes aos procedimentos de contratação pública;
- d) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 63, inciso IV da Lei 14.133/21, se couber; e
- e) o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, no que tange à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- f) Não possui em seu quadro societário Servidor Público municipal da ativa

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(Representante legal da empresa)

## ANEXO IV

### MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 107/2025**

**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**CONTRATO Nº \_\_\_/2025**

O MUNICÍPIO DE MONTE AZUL - MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.650.945/0001-14, com sua sede administrativa na Pça. Cel. Jonathas, nº 220, Centro, Monte Azul-MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. SAULO GABRIEL ANTUNES FELICIANO, brasileiro, residente e domiciliado na cidade Monte Azul-MG, doravante denominado, simplesmente, CONTRATANTE, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, com sua sede administrativa na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado o presente instrumento, proveniente de processo administrativo originário da modalidade Pregão Eletrônico ----/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### 1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1 Este instrumento contratual fundamenta-se no **PROCESSO LICITATÓRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº -----/XXXX**, com base na Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações pertinentes.

#### 2.0. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DO VALOR DO CONTRATO (Art. 92, I e II)

2.1. O objeto do presente contrato é para **AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE CONSTRUÇÃO DE ROBÔS MÓVEIS VOLTADOS AO ENSINO FUNDAMENTAL, COMPOSTOS POR PEÇAS ELETROMECÂNICAS, SENSORES, MOTORES, PLACAS CONTROLADORAS, SOFTWARE DE PROGRAMAÇÃO COMPATÍVEL COM AMBIENTE EDUCACIONAL E MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO E DIGITAL, COM ESTRUTURA PEDAGÓGICA ADEQUADA A CADA ANO ESCOLAR EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261000286/2024/SEE.**

2.2. O presente contrato tem por finalidade a aquisição dos itens infra citados, sendo que o valor global do deste é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_) conforme planilha abaixo:

Item	Especificação	Unidad e de Medida	Quant.	Valor Unitário	TOTAL

01	Conjunto de construção e programação de robôs móveis para o ensino fundamental, acompanhado de garantia técnica.	CONJUNTO	25	R\$	R\$
----	--	----------	----	-----	-----

### **3.0. CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES**

**3.1.** As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste contrato.

### **4.0. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO (Art. 105, Art. 92 IV, VII e XVIII)**

**4.1.** O presente contrato fluirá pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.

**4.2.** O fornecimento dos itens deverá ocorrer conforme previsto no edital, e de acordo com a solicitação do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Monte Azul-MG.

**4.3** A Administração Pública poderá se recusar a receber os serviços licitados, caso este esteja em desacordo com a proposta oferecida no momento do Certame, circunstância esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário.

**4.4** Os itens licitados terão que estar dentro das normas de legislação vigente de qualidade;

**4.5.** O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência e ETP, deste Contrato.

### **5.0. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1 – A CONTRATADA obriga-se a:**

a) Fornecer os objetos deste contrato em estrita conformidade com as disposições previstas no edital de Pregão Eletrônico e seus anexos e com os termos da proposta de preços, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer que seja nos preços, quer seja nas condições estabelecidas;

b) Fornecer os objetos solicitados conforme as ordens de fornecimentos emitidas pela Prefeitura Municipal de Monte Azul-MG;

c) Entregar os objetos deste contrato, no local designado pelo departamento de compras da Prefeitura de Monte Azul-MG conforme ordem de fornecimento no prazo estipulado, e pelo preço constante de sua proposta, onde a Prefeitura Municipal de Monte Azul-MG ficará isenta de quaisquer custos com transportes e demais despesas com o objeto licitado.

d) Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados a Administração;

e) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto adjudicado, sem prévia e expressa anuência da Prefeitura Municipal de Monte Azul-MG;

f) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do CAPÍTULO VII da lei 14.133/2021;

g) Manter, durante a duração do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação.

#### **5.2 - DA CONTRATANTE:**

a) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

b) Comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na entrega do objeto;

c) Propiciar todas as facilidades indispensáveis à entrega dos produtos.

#### **6.0. CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**6.1.** Em conformidade com o art. 124, da Lei 14.133/21, caso sejam necessárias alterações no presente contrato, as mesmas serão objeto de estudo mútuo entre as partes, mediante termo aditivo.

#### **7.0. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**

**7.1.** Os recursos financeiros para pagamento das despesas de que trata o presente contrato, são recursos próprios do Município e correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

-----  
-----  
-----  
-----

**7.2.** Repasse dos recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Monte Azul-MG.

#### **8.0. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO (Art. 92, V e VI)**

**8.1.** O pagamento será efetuado, em conta – corrente, mediante ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, contando da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo departamento de compras.

**8.2.** Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes as penalidades eventualmente aplicadas.

**8.3.** A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Monte Azul-MG.

**8.4.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**8.5.** As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

**8.6.** O CNPJ da **CONTRATADA** constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**8.7.** Nenhum pagamento será efetuado a **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de

penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**8.8.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.9.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

**8.10.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**8.11.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**8.12.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**8.13.** Não tem previsão de antecipação de pagamento.

## **9.0 CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E MULTAS CONTRATUAIS**

**9.1** As penalidades contratuais aplicáveis são:

**9.1.1** advertência verbal ou escrita.

**9.1.2** multas.

**9.1.3** declaração de inidoneidade e,

**9.1.4** suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com a lei 14.133/21 e alterações posteriores.

**9.2** A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

**9.3** As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

- a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;

Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato.

b) 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Monte Azul-MG, por prazo não superior a dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

e) perda da garantia contratual, quando for o caso.

**9.4** De qualquer sanção imposta, a **CONTRATADA** poderá, no prazo máximo de cinco dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso ao **CONTRATANTE**, devidamente fundamentado.

**9.5** As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

**9.6** A multa definida na alínea “a”, “c”, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento.

**9.7** A **CONTRATADA** não incorrerá na multa prevista na alínea “c” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade do **CONTRATANTE**.

## **10.0 CLÁUSULA DÉCIMA – DA HIPÓTESE DE RESCISÃO DO CONTRATO**

**10.1.** São motivos ensejadores da rescisão contratual, sem prejuízo dos demais motivos previstos em lei e neste instrumento:

**10.1.1.** O descumprimento de cláusulas contratuais ou das especificações que norteiam a execução do objeto do contrato;

**10.1.2.** O desatendimento às determinações necessárias à execução contratual;

**10.1.3.** A prática reiterada, de atos considerados como faltosos, os quais devem ser devidamente anotados, art. 137 da lei 14.133/21;

**10.1.4.** A dissolução da sociedade, a modificação da modalidade ou da estrutura da empresa desde que isso venha a inviabilizar a execução contratual;

**10.1.5.** Razões de interesse público, devidamente justificados;

**10.1.6.** A subcontratação parcial ou total, cessão ou transferência da execução do objeto do contrato.

**10.1.7.** A rescisão poderá ocorrer também por ato unilateral, nos casos elencados no art. 137, da lei 14.133/21;

**10.1.8.** As partes poderão, observada a conveniência segundo os objetivos da administração promover a rescisão amigável do contrato, através do próprio termo de destrato;

**10.1.9.** Fica acordado entre as partes que se a rescisão contratual ocorrer por interesse da **CONTRATANTE** fica esta obrigada a comunicar por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

## **11.0. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**11.1.** O CONTRATANTE poderá considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

- a) a **CONTRATADA** não iniciar os trabalhos dentro de 10 (dez) dias contados da data do recebimento da "Ordem de Serviço" ou interrompê-los por mais de vinte dias consecutivos, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE;
- b) a Contratada subcontratar a totalidade dos serviços;
- c) a **CONTRATADA**, sem prévia autorização do CONTRATANTE, ceder para terceiros o presente Contrato, em parte que constitua elemento essencial do objeto;
- d) a **CONTRATADA** não atender às exigências do CONTRATANTE relativamente à reparação de serviços executados com imperfeição ou ainda por imperícia;
- e) as multas aplicadas a **CONTRATADA** atingirem, isolada ou cumulativamente, o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;
- f) a **CONTRATADA** deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste Contrato ou dele decorrentes;
- g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos observados na lei 14.133/2021.

**11.2** A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na lei 14.133/2021, ocasião em que fará jus apenas à percepção dos honorários do período trabalhado.

**11.3** A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da **CONTRATADA**, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

**11.4** A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos na lei 14.133/2021.

## **12.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

**12.1** - Dentro do prazo legal, contados de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação do resumo/extrato deste Contrato.

## **13.0. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.**

**13.1** Aplica-se a Lei n.º 14.133/21 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

## **14.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VINCULAÇÃO AO EDITAL**

**14.1** Farão parte do presente contrato, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela CONTRATADA, no certame licitatório.

## **15.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO**

**15.1** A fiscalização do presente contrato será realizada pelo Município de Monte Azul-MG através de servidor (a) devidamente nomeado pela indicação constante nos autos deste processo;

**15.2** A fiscalização realizada pelo município não exclui responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto contratado, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

#### **16.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** O presente contrato obedecerá à lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, aplicando-se as sanções nela prevista, por qualquer descumprimento com as obrigações assumidas em decorrência do presente instrumento.

#### **17.0. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

**17.1.** As partes elegem, de comum acordo, o foro da comarca de Monte Azul/MG, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou pareça, ficando expressivamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação, seja à que título seja considerada fora de sua jurisdição.

E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas idôneas que presenciaram a tudo, comprometendo-se por si e seus sucessores legais, o fiel cumprimento de todos os dispositivos.

Monte Azul-MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL  
SAULO GABRIEL ANTUNES FELICIANO  
Prefeito

---

Contratada

TESTEMUNHAS:

---

NOME:  
CPF:

---

NOME:  
CPF: